

Mapeamento dos cursos de ciências contábeis das Universidades Federais Brasileiras de acordo com suas características principais e os indicadores de qualidade do Ensino Superior

Mapping of accounting sciences courses at Brazilian Federal Universities according to their main characteristics and the quality indicators of Higher Education

*Geison Calyo Varela de Melo ** Mariza Camila de Miranda *** Ítalo Carlos Soares do Nascimento **** Wênika Preston Leite Batista da Costa ***** Jandeson Dantas da Silva

Informações do artigo

Recebido em: 03/03/2021
Aprovado em: 23/11/2021

Palavras-chave:

Ensino superior. Ciências Contábeis. Indicadores de qualidade.

Keywords:

Higher education.
Accounting Sciences.
Quality Indicators.

Autores:

*Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/0518341788392500>
geisoncalyo@hotmail.com

**Mestranda em

Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/9632604368258071>
mariza.camila@hotmail.com

***Mestre em

Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Docente da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN)
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/2067726529200286>
italocarlos25@gmail.com

****Doutora em

Administração pela Universidade Potiguar (UnP)
Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/2649361411301634>
wenykapreston@hotmail.com

*****Mestre em

Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/9190312918421422>
jandeson.dantas@gmail.com

Como citar este artigo:

MELO, Geison Calyo Varela de *et al.* Mapeamento dos cursos de ciências contábeis das Universidades Federais Brasileiras de acordo com suas características principais e os indicadores de qualidade do Ensino Superior. **Competência**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, dez. 2021.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as principais características e os indicadores de qualidade do ensino superior dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras. Tais características inferem-se aos aspectos fundamentais e relativos aos indicadores de qualidade do ensino superior. Trata-se de uma pesquisa descritiva, explicativa, quantitativa e documental, com 65 cursos de Contabilidade ofertados pelas universidades federais brasileiras e avaliados pelos indicadores de qualidade do ensino superior do ENADE, CPC, IGC e IDD, nos três últimos triênios de avaliação (2012, 2015 e 2018). Os resultados demonstram que o curso de Ciências Contábeis apresentou maior evolução no ano de 2010 e maior concentração nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Pelo indicador ENADE, constatou-se que existe uma tendência de evolução dos conceitos atribuídos e crescimento dos cursos que alcançaram o conceito máximo (conceito 5), especificamente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Quanto aos demais indicadores de qualidade, os cursos apresentaram conceitos médios e baixos, porém apresentam evolução em todas as regiões do país.

Abstract

This research aims to analyze the main characteristics and higher education quality indicators of the Accounting Sciences courses at Brazilian Federal Universities. Such characteristics are related to fundamental aspects and related to the quality indicators of higher education. It is a descriptive, explanatory, quantitative and documentary research, with 65 Accounting courses offered by the Brazilian federal universities and evaluated by the higher education quality indicators of ENADE, CPC, IGC and IDD, in the last three evaluation trienniums (2012, 2015 and 2018). The results demonstrate that the Accounting Sciences course showed the greatest evolution in 2010 and the highest concentration in the Northeast and Southeast regions of the country. Through the ENADE indicator, it was found that there is a trend of evolution of the assigned concepts and growth of the courses that reached the maximum concept (concept 5), specifically in the Northeast, Southeast and South regions. As for the other quality indicators, the courses presented concepts medium and low, but have evolved in all regions of the country.

1 INTRODUÇÃO

Com a chegada do século XXI, a educação passou a se caracterizar como um setor da estrutura social, fundamental na promoção das mudanças nas formas de pensar a sociedade, o Estado e as suas complexas relações. Já o ensino superior no país, enfrentou um período de grandes mudanças sociais, numa época do aumento do processo de industrialização e questões políticas, em meados da década de 1950 e, atualmente, é caracterizado pela pluralização do seu público em relação aos aspectos sociodemográficos, socioculturais, econômicos, entre outros (LIMA *et al.*, 2016; SAFANELLI *et al.*, 2017).

A expansão no número de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras propiciou uma maior democratização de acesso ao ensino superior, especialmente as camadas da sociedade que anteriormente não conseguiam ingressar. Essas mudanças provocaram especulações acerca do processo de qualidade do ensino superior, principalmente após a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), em que ficaram estabelecidos indicadores de qualidade, complementares entre si, tais como: ensino, pesquisa, extensão, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e infraestrutura, entre outros, em que todos os seus aspectos são considerados (SOARES; BORDIN; ROSA, 2019).

A criação de indicadores de qualidade do ensino superior faz parte da política de avaliação do ensino, proposta pelo SINAES e garante melhorias no processo de ensino-aprendizagem nos cursos ofertados pelas IES. Atualmente, os indicadores de qualidade do ensino superior, utilizados são o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017).

Nesse contexto, inserem-se os cursos de Ciências Contábeis e sua contribuição para o ensino superior do país, tendo em vista a sua evolução ao longo dos anos e os aspectos relativos às diretrizes acadêmicas, formação acadêmica, competências profissionais, diversidade de opções de carreira e contribuições para a sociedade em geral. Assim, o curso de Ciências Contábeis conta com habilidades e competências específicas, apresenta um crescimento na demanda e oferta para os discentes, especialmente em universidades públicas e, dessa forma, considera-se fundamental se atentar as questões de avaliação e qualidade do ensino (SCARPIN; ALMEIDA, 2010).

Haja vista a contextualização exposta, o estudo se encontra norteado pela seguinte questão de pesquisa: Quais as principais características e os indicadores de qualidade do ensino superior dos

cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras? Portanto, o objetivo em analisar as principais características e os indicadores de qualidade do ensino superior dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras. As características analisadas neste estudo e que são atribuídas aos cursos em questão, inferem-se a aspectos fundamentais e relativos aos indicadores de qualidade do ensino superior.

Destarte, identificar o perfil dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras remete ao desenvolvimento de estudos que atendam ao público de interesse em Ciências Contábeis, levando em consideração a premissa que o discente carece de informações anteriores ao ingresso no curso e o docente deve possuir conhecimento sobre suas responsabilidades em relação ao curso, bem como a instituição de ensino necessita desenvolver habilidades que competem aos aspectos relativos ao curso, e para tanto, esses grupos (discentes, docentes e instituição de ensino) compreendem os pilares do processo de avaliação e qualidade do ensino (BONFANTI JUNIOR; VENDRUSCOLO, 2014; GRIBOSKI, 2014).

Com isso, o estudo justifica-se por apresentar uma temática atual e relevante, cuja abordagem, objetivo e percurso metodológico não foram abordados anteriormente no campo da Ciência Contábil, possibilitando assim a ampliação e o avanço da discussão nesta linha de pesquisa. Além disso, considerando-se a necessidade de avaliação contínua da educação superior, especialmente em um cenário de mudanças constantes, o estudo proporciona reflexões pertinentes às instituições de ensino superior no tocante aos indicadores de qualidade e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ENSINO SUPERIOR E OS INDICADORES DE QUALIDADE

No Brasil, como em toda a América Latina, a educação superior foi fortemente influenciada por contrastes culturais, heterogeneidade e desigualdades sociais. É válido destacar que toda essa pluralidade se refletiu diretamente na educação nacional e em seu desenvolvimento, nas modalidades de acesso e no perfil de formação dos universitários. E a partir da Constituição Federal de 1988, houve um aumento substancial na quantidade de instituições de ensino superior no país (LIMA *et al.*, 2016).

No âmbito do sistema de avaliação, inalteravelmente, ocorreu esta influência, por meio dos mecanismos de ranqueamento dos resultados e da divulgação destes, na promoção de instituições com boas colocações (PIRES; WARGAS; PIRES, 2017). Ferreira (2015) reforça que ao se tratar do ensino superior, umas das

maneiras existentes para se mensurar a qualificação profissional dos concluintes de cursos de graduação, é com a aplicação de exames externos às IES. A finalidade desses exames é analisar o desempenho acadêmico, ou seja, medir as competências adquiridas na graduação e acompanhá-las.

A seguir, no Quadro 1, encontra-se elucidado o processo de evolução do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro, desde a década de 70 até o modelo adotado nos dias atuais.

Quadro 1: Evolução dos Sistemas de Avaliação do Ensino Superior no Brasil

ANO	SISTEMA DE AVALIAÇÃO	DEFINIÇÃO
1970	Sistema de Avaliação Capes	Avaliação dos cursos de mestrado e doutorado (pós-graduação).
1983 a 1984	Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU)	Gerir as instituições de ensino superior, a produção e disseminação dos conhecimentos.
1985 a 1986	Comissão de Notáveis e Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES)	Ambos tinham objetivo avaliar a educação do ensino superior, porém foram tentativas mal sucedidas.
1987 a 1992	Experiência da Autoavaliação	As próprias instituições começaram a se autoavaliarem. Interlocução entre MEC e Instituições Federais.
1993	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)	Desenvolveu um sistema de avaliação respeitando as especificidades de cada instituição.
1996	Exame Nacional de Cursos (ENC) ou Provação	Verificar os conhecimentos agregados pela instituição ao aluno e as competências adquiridas.
2003	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	Promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Fonte: Adaptado de Ferreira (2015)

Avaliar as instituições de ensino e promover a sua qualidade permaneceu sendo o objetivo do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro, contudo, ao longo dos anos, significativas mudanças se fizeram necessárias a fim de suprir deficiências que iam sendo identificadas no percurso (FERREIRA, 2015).

Surgindo como uma proposta de avanço, de melhorar o desenvolvimento contínuo do ensino superior, o SINAES foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para avaliar as IES e garantir o nível de ensino. Visando assegurar que as IES em meio a todas as suas particularidades, passariam por critérios de análise e de qualificação, com vistas a assegurar a qualidade do ensino, sua ampliação e continuidade (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO, 2006).

Contudo, Fernandes, Griboski e Meneghel (2017) atentam ao fato de que a operacionalização do Sinaes enfrenta problemas, no que tange aos interesses da sociedade, da comunidade acadêmica e até mesmo dos órgãos governamentais. A ampliação do sistema não ocorre proporcionalmente ao crescimento do número de processos, o que acaba dificultando a vasão de informações e de análises qualitativas.

De toda forma, o SINAES se configurou como uma política de Estado, em detrimento a diversos fatores, entre os quais, destaca-se a dificuldade em prever a ausência de um Sistema Nacional de Avaliação. Com o desenvolvimento do Sistema, dispositivos foram modificados, aperfeiçoados e/ou deixaram de existir. À medida que aconteciam os processos avaliativos do Sistema, surgiam demandas que se adequavam à realidade das IES, da comunidade acadêmica e de entidades representativas da sociedade civil que porventura tivessem ligação com o ensino superior (ROTHEN *et al.*, 2019).

Esses indicadores de qualidade da educação superior são expressos em escala contínua e em cinco níveis, constituindo-se em relevantes ferramentas de avaliação da educação superior brasileira (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018), são eles: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) (Quadro 2).

Quadro 2: Indicadores de qualidade da educação superior

INDICADOR DE QUALIDADE	DEFINIÇÃO
ENADE	Foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, substituindo o Exame Nacional de Cursos, popularizado pelo nome de Provação, que teve oito edições entre os anos de 1996 e 2003. Avalia o desempenho dos graduandos em relação aos conteúdos que se propõem a ensinar e as habilidades e as competências desenvolvidas por esses concluintes durante sua formação. O exame é obrigatório e o estudante que não responder ao questionário do estudante e realizar o certame, não obterá o grau de seu curso.
CPC	Reúne aspectos diversos dos cursos de graduação, em um único resultado e é composto por quatro dimensões: o Desempenho dos estudantes no ENADE (Nota do ENADE); o Valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes (IDD); o Perfil do corpo docente, regime de trabalho e titulação (Censo Superior) e a Percepção discente sobre as condições do processo formativo (Questionário do Estudante no ENADE).
IGC	Fundamenta-se em uma média ponderada, considerando a distribuição dos estudantes nos níveis de ensino, envolvendo as notas contínuas de CPC dos cursos. Calculado anualmente, considera os seguintes aspectos: a Média dos CPC do último triênio; a Média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> atribuídos pela Capes na última avaliação trienal; e a Distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino.
IDD	Considera o desempenho dos estudantes no ENADE e as características de desenvolvimento dos graduandos ao ingressar no curso avaliado, medindo, portanto, o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos discentes concluintes. Constitui-se na diferença entre o desempenho médio do formando de um curso e o desempenho médio estimado para os graduandos desse mesmo curso e representa quanto cada curso se destaca da média.

Fonte: Adaptado de INEP (2018)

Assim, por meio da política de avaliação do SINAES, ficam estabelecidos os indicadores de qualidade do ensino superior, juntamente com o objeto a ser avaliado e as metodologias utilizadas para o processo de avaliação. Em geral, cabe destacar a relevância de todos os mecanismos que garantam a realização desse processo, juntamente com a necessidade de manutenção e atualização desses indicadores, para que acompanhem as mudanças que possam vir a ocorrer (FERNANDES; GRIBOSKI; MENEGHEL, 2017).

2.2 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, com uma duração de quatro anos, os concluintes do curso recebiam o título de bacharéis. A grade curricular compreendia disciplinas como: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Bancária, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil. Contudo, com a criação da Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, o curso foi desdobrado em Ciências Contábeis e em Ciências Atuariais, instituindo-se assim diplomas distintos para os graduados de cada curso (BEZERRA, 2017).

Com a nova legislação, o desdobramento dos cursos implicou em algumas alterações nas matrizes curriculares, como fora a exclusão da disciplina Organização e Contabilidade de Seguros do curso de Ciências Contábeis. Por conseguinte, o ensino superior no Brasil passou por mudanças mais significativas, como fixação da Lei nº. 4.024/1961, que criou o Conselho Federal de Educação (CFE) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, refletindo no curso de Ciências Contábeis (MACHADO; FREITAS; DOMINGUES, 2011).

Em seguida, o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 397/62 ocasionou expressiva mudança no ensino de Ciências Contábeis, ao dividir os cursos nos ciclos de formação básica e profissional. De modo que o ciclo básico reuniria disciplinas como Matemática, Estatística, Direito e Economia (GEMAQUE, 2010). E as disciplinas contábeis ficariam concentradas no ciclo de formação profissional, com Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos e Auditoria e Análise de Balanços. A Resolução CFE sem número, de 8 de fevereiro de 1963, fixou os mínimos de duração do curso de Ciências Contábeis e ratificou o Parecer CFE nº 397/62 (MASCULINO JUNIOR; ALMEIDA, 2017).

O Brasil desenvolveu-se significativamente com a implementação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, até meados de 1963, o país registrava elevado crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB). Arelado a isso, nascia a necessidade de adequação dos perfis profissionais e de seus respectivos cursos superiores (PELEIAS *et al.*, 2007). Até porque há uma constante demanda por profissionais qualificados, aptos ao enfrentamento de todas as questões que envolvam sua atuação, de modo que eles sejam dotados de habilidades e conhecimentos que poderão resultar em estabilidade, boa remuneração e segurança em seus futuros empregos (FERREIRA *et al.*, 2020).

Os profissionais que não acompanham o crescimento do mercado podem ser ultrapassados, a competitividade exige desses, capacitação. Na profissão contábil não seria diferente, sua atuação está vinculada a mudanças constantes, quer sejam nos órgãos reguladores, na globalização e/ou na tecnologia de informações e comunicação. A premissa é atender aos seus diversos usuários com informações financeiras e não financeiras (SOUZA; CRUZ; LYRIO, 2017).

Neste sentido, é relevante frisar que o desempenho individual é determinante para o sistema social, cada época vai exigir em sua sociedade, indivíduos aptos as necessidades de seu tempo; nessa perspectiva, a sociedade atual enxerga a avaliação do ensino superior como um processo de construção e de possibilidades de avanço e desenvolvimento do ser humano, com suas bases críticas e reflexivas (VITO; SZEZERBATZ, 2017).

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS CORRELATOS A TEMÁTICA

Com o propósito de apresentar um panorama sobre o ensino superior no Brasil, bem como dos indicadores de qualidade e o curso de Ciências Contábeis, a seguir são elucidadas algumas pesquisas acerca da temática aqui abordada, realizadas no Brasil, no período de 2014 a 2019.

Bonfanti Junior e Vendruscolo (2014) objetivaram mapear as competências profissionais desenvolvidas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Como resultados, foram compiladas 25 competências profissionais do Contador. O estudo evidenciou que 90% das Universidades analisadas não contemplam a totalidade das competências identificadas na plataforma teórica. Contudo, 80% manifestam, em seus PPP (Projetos Político-Pedagógicos), as competências estabelecidas pelas Diretrizes Nacionais em sua plenitude e procuram desenvolver grande parte delas em seus alunos, contemplando-as em seus PPP.

Já na pesquisa de Ikuta (2016) o foco consistia em expor uma revisão bibliográfica e documental sobre o Conceito Preliminar de Curso (CPC), considerado o indicador oficial de qualidade da educação superior para os cursos de graduação no país. O levantamento indicou que o CPC passou por diversas revisões metodológicas desde sua criação, visando a aperfeiçoar as dimensões avaliadas. Entretanto, os principais debates científicos em torno do tema questionavam diversos aspectos do indicador, como a dispensa automática das avaliações presenciais dos cursos; a formulação, padronização e o peso dos componentes; a alta participação dos discentes na nota final; a questão da heterogeneidade de Instituições de Ensino Superior e cursos existentes ser desconsiderada; entre outros.

O estudo desenvolvido por Oliveira e Piconez (2017) tinha por finalidade evidenciar as avaliações dos cursos de graduação presenciais e a distância (EaD) no Brasil, cuja análise não tinha propósito comparativo das duas modalidades de ensino; apenas uma discussão das políticas de avaliação da educação superior brasileira. Dessa forma, concluiu-se que há uma distribuição bastante diferente entre os cursos presenciais e a distância. Nas graduações a distância, mais de 65% delas se situam no conceito 3; tal conceito refere-se ao mínimo para não ter o risco de sofrer intervenção externa. Na modalidade presencial, este número está em torno de 50%. Pode-se depreender dos dados, que os cursos à distância, realizam o mínimo para não passarem por avaliação

in loco, bem como esses números podem ser consequência da resistência das instituições de excelência em ofertar cursos à distância.

No estudo de Fernandes, Griboski e Meneghel (2017) o objetivo consistia em demonstrar que as avaliações presenciais do Sinaes e os indicadores preliminares elaborados a partir de 2008 devem ser conjugados a outros indicadores, modulados segundo os pressupostos do Governo Eletrônico e das expectativas dos usuários, por meio de ferramentas da tecnologia da informação e comunicação (TIC). Os diagnósticos e consensos mencionados ao longo do documento, evidenciam a relevância e necessidade de mais e novos indicadores, superando, deste modo, a visão tradicional e elitista de fazer educação voltada aos interesses do capital, sendo compreendida como um bem público, conforme preconizado nos princípios e diretrizes constitucionais do país. De modo que a crítica ao uso de indicadores no formato de ranqueamento e competitividade entre as IES, passa a dar lugar ao uso de informações específicas e valorizadas na construção e reconstrução dos projetos pedagógicos dos cursos, dos Planos de Desenvolvimento Institucional das IES, no Plano Nacional de Educação e nos Planos de Governo.

No trabalho de Cervi e Blumke (2019) buscou-se avaliar a evolução do IGC nas IES de Santa Catarina no período de 2007 a 2014; avaliando se havia diferença na qualidade entre IES públicas e privadas, bem como entre as modalidades de organização acadêmica, a saber: Universidade, Centro Universitário, Faculdade e Instituto Federal, com o intuito de verificar se a divulgação de tais indicadores servia, realmente, como incentivador da melhoria da qualidade das IES, tal como proposto pelo MEC. Através dos dados disponíveis no sistema e-MEC e com o auxílio de testes estatísticos foi possível concluir que a evolução do IGC foi marginalmente significativa no período analisado; que as universidades possuem IGC superior às faculdades em apenas três períodos analisados; e que as IES públicas possuem IGC superior das IES privadas.

Na pesquisa de Mendes e Dutra (2019) o intento era apresentar uma reflexão do processo de avaliação da Educação Superior, com destaque para o Índice Geral de Curso (IGC) nas Instituições de Ensino Superior (IES) no estado da Bahia. De modo que se concluiu que a avaliação do Ensino Superior, tem se transformado num instrumento de promoção do ranqueamento das IES, públicas e privadas, causando, com isso, sérios desafios para a gestão institucional.

Por fim, no estudo de Soares, Bordin e Rosa (2019) o objetivo consistia em correlacionar os resultados dos Indicadores de Gestão e de Qualidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no período entre 2009 - 2016, identificando quais variáveis mais impactavam no indicador de qualidade. Para as IFES de pequeno e médio porte, o maior previsor foi o Índice de Qualidade do Corpo Docente ($R^2=0,520$, em ambos). Para as de grande porte, o

Conceito Capes foi o maior previsor ($R^2=0,692$). Como conclusão, as instituições localizadas nas regiões sul e sudeste e de maior porte vêm obtendo melhores resultados que as de menor porte, principalmente em relação àquelas localizadas nas regiões norte e nordeste.

3 METODOLOGIA

O estudo teve como objetivo analisar as principais características e os indicadores de qualidade do ensino superior dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras e para atender a esse objetivo, a pesquisa apresenta-se como sendo do tipo descritiva, buscando descrever os principais aspectos desses cursos; de natureza quantitativa, a medida que traz a quantificação desses cursos e seus dados principais; e documental, em relação aos procedimentos dos dados coletados.

A amostra do estudo compreende 65 cursos de Ciências Contábeis, ofertados pelas universidades federais brasileiras e que foram avaliados pelos indicadores de qualidade do ensino superior do ENADE, CPC, IGC e IDD, nos três últimos triênios de avaliação, correspondentes aos anos de 2012, 2015 e 2018.

Os dados foram coletados mediante o Censo da Educação Superior, referente aos anos de 2008 a 2018, bem como as principais características dos cursos, constantes no portal eletrônico do sistema “e-MEC” e nos próprios sites dos cursos. E por último, os dados referentes aos conceitos dos indicadores de qualidade do ensino superior (ENADE, CPC, IGC e IDD), nos três triênios de avaliação (2012, 2015 e 2018), disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Para apresentação dos dados relativos ao número de cursos e matrículas, estes foram extraídos das planilhas do Censo da Educação Superior nos referidos anos e procedeu-se com o comparativo de um ano para outro visando verificar se houve crescimento ou declínio no número de cursos e matrículas dos cursos analisados. Já para o levantamento das principais características dos cursos, realizou-se uma pesquisa no portal eletrônico do sistema “e-MEC” e em complemento, nos sites dos cursos, com o intuito de conhecer a localidade, idade do curso, carga horária, duração do curso, coordenação, vagas ofertadas e turno do curso. E por fim, realizou-se o levantamento dos conceitos ENADE, CPC, IGC e IDD dos cursos analisados e procedeu-se com a tabulação para identificar a quantidade de cursos de acordo com o conceito (sem conceito ou conceito de 1 a 5) por região e indicador.

Após a coleta dos dados e sua devida tabulação, estes foram dispostos em tabelas para melhor visualização e entendimento dos resultados, bem como se procedeu com a análise dos dados e realizou-se o confronto dos achados da presente pesquisa com a

literatura pertinente ao tema.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De modo a atingir os objetivos da pesquisa, faz-se necessário identificar alguns aspectos relacionados aos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras, a fim de se conhecer a realidade dos mesmos, com aspectos relativos o número de cursos e matrículas, localidade do curso, idade, carga horária, duração, gênero do coordenador, vagas ofertadas, turno do curso e o conceito ENADE dos cursos.

Inicialmente, na Tabela 1, estão dispostos o número de cursos de Ciências Contábeis ofertados nas universidades federais brasileiras, juntamente com o total de matrículas realizadas no período analisado e expondo a evolução desses quesitos nos anos de 2008 a 2018.

Tabela 1: Número de Cursos e Matrículas de Ciências Contábeis das UFs de 2008 a 2018

ANO	Nº DE CURSOS			Nº DE MATRÍCULAS		
	Total	Crescimento / (Declínio)		Total	Crescimento / (Declínio)	
		Nº	(%)		Nº	(%)
2008	59	-	-	18.115	-	-
2009	62	3	5,0	20.309	2.194	12,1
2010	67	5	8,0	21.029	720	3,5
2011	68	1	1,5	22.282	1.253	5,9
2012	67	(1)	(1,5)	23.203	1.261	5,6
2013	70	3	4,5	23.543	340	1,4
2014	71	1	1,4	24.252	709	3,0
2015	70	(1)	(1,4)	24.741	489	2,0
2016	68	2	2,8	24.242	(499)	(2,0)
2017	68	-	-	24.564	322	1,3
2018	65	(3)	(4,4)	24.162	(402)	(1,6)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

De acordo com a Tabela 1, o curso de Ciências Contábeis apresentou um maior crescimento no ano de 2010, com 67 cursos ofertados, representando um aumento de 8% em relação aos anos anteriores, e, posteriormente, ainda atingiu sua maior oferta no ano de 2014, com a marca de 72 cursos disponíveis nas universidades federais. Contudo, o curso apresentou também alguns anos em que não foi possível identificar crescimento nessa área, pelo contrário, apresentou quedas na oferta dos cursos, especificamente nos anos de 2012, 2015 e 2018, sendo o último ano o mais significativo, com a diminuição de 3 cursos, representado por uma queda em 4,4%.

Em relação ao número de matrículas nos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais, seguiu-se a tendência de crescimento dos próprios cursos, principalmente no ano de 2009, com o aumento de 2.194 matrículas, correspondente ao acréscimo de 12,1% e outros aumentos mais consideráveis, nos anos de

2011 e 2012, sendo os aumentos de 1.253 e 1.261 matrículas, respectivamente. Também houve declínio no número de matrículas, mais precisamente nos anos de 2016 e 2018, representados por uma queda nas matrículas pelos valores respectivos de 2% e 1,6%.

Dessa forma, os resultados apresentados na Tabela 1 reforçam os estudos de Ludicibus (2015) e Souza, Machado e Bianchi (2011), nos quais apontam a ideia de que os cursos de Ciências Contábeis passaram por um período evolutivo e acompanharam um crescimento do ensino superior no Brasil, mesmo que de forma tardia e teve mudanças relevantes, expresso pelo aumento no número de cursos ofertados e matrículas realizadas.

Complementando o exposto na Tabela 1, outras características se fazem relevantes para se entender a realidade dos cursos de Ciências Contábeis que são ofertados pelas universidades federais e para tanto, foi elaborada a Tabela 2, apresentando algumas características relacionadas a localidade, idade do curso, carga horária, duração do curso, gênero dos coordenadores, vagas ofertadas e o turno do curso. Os resultados são divididos por região e apresentados a seguir.

Tabela 2: Características dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais por Região

CARACTERÍSTICAS		NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
Localidade	Capital	5 (50%)	9 (47,4%)	5 (50%)	5 (26,3%)	3 (42,8%)	27 (41,5%)
	Interior	5 (50%)	10 (52,6%)	5 (50%)	14 (73,7%)	4 (57,2%)	38 (58,5%)
	Total	10	19	10	19	7	65
Idade do Curso (anos)	Mínimo	5	9	1	7	15	1
	Máximo	70	74	48	74	62	74
	Média	28,8	39,4	27,8	23,6	41,4	32,2
Carga Horária (horas)	Mínimo	3.000	3.000	3.000	2.760	3.000	2.760
	Máximo	3.360	3.480	3.056	3.504	3.220	3.504
	Média	3.134	2.968	3.008	3.106	3.032	3.050
Duração do Curso (semestres)	Mínimo	8	8	8	8	8	8
	Máximo	10	10	11	10	10	11
	Média	8,3	8,73	8,5	8,7	8,7	8,5
Coordenação	Masculino	8 (80%)	15 (78,9%)	3 (30%)	16 (84,2%)	5 (71,4%)	47 (72,3%)
	Feminino	2 (20%)	4 (21,1%)	7 (70%)	3 (15,8%)	2 (28,6%)	18 (27,7%)
Vagas Ofertadas	Mínimo	40	50	40	40	40	40
	Máximo	124	220	140	180	180	220
	Média	74,4	102,5	77,2	79,4	95,1	85,7
Turno	Diurno	2 (13,3%)	6 (26,1%)	1 (7,7%)	4 (16,7%)	2 (25%)	15 (18,1%)
	Matutino	- (0%)	2 (8,7%)	3 (23,1%)	5 (20,8%)	- (0%)	10 (12,10%)
	Vespertino	3 (20%)	2 (8,7%)	- (0%)	1 (4,2%)	- (0%)	6 (7,2%)
	Noturno	10 (66,7%)	13 (56,5%)	9 (63,2%)	14 (58,3%)	6 (75%)	52 (62,6%)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Com relação aos resultados apresentados na Tabela 2, os cursos de Ciências Contábeis das universidades federais possuem maior concentração nas regiões Nordeste e Sudeste, com um total de 19 cursos cada, seguido pelas regiões Norte e Centro-Oeste,

ambas com 10 cursos e em menor proporção, a região Sul, com 7 cursos, e estão distribuídos, em maior proporção, nas cidades do interior, representado por 58,5% dos cursos e em menor número, nas capitais do estado, totalizando 41,5% dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil.

De acordo com a idade, os cursos de Ciências Contábeis mais novos estão presentes nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, com idades, respectivamente, de 1 e 5 anos, e os cursos mais antigos, são os ofertados nas regiões Nordeste e Sudeste, com idade de até 74 anos para cada. Pela média da idade dos cursos, pode-se observar que os cursos de Ciências Contábeis das universidades federais, possuem uma idade média de 32,2 anos, inferindo-se que, a maioria desses cursos não são tão antigos e foram criados a pouco tempo atrás.

De forma geral, os cursos de Ciências Contábeis possuem uma carga horária mínima de 2.760 horas/atividades e podem chegar ao máximo de até 3.504 horas/atividades, sendo assim, esses cursos possuem uma carga horária média de 3.050 horas/atividades. Em contrapartida, a carga horária do curso reflete em sua duração e os cursos de Ciências Contábeis das universidades federais, podem ser de no mínimo 8 semestres, correspondente a 4 anos e podem ter duração máxima de até 11 semestres, referente a 5 anos e meio, em média, os cursos podem ser de 8 semestres e meio, ou seja, 4 anos e meio.

Em relação ao gênero dos coordenadores dos cursos, em todas as regiões do país, os homens apresentam maioria em estarem à frente do cargo, representados por 72,3% do total, contra 27,7% que corresponde ao número de mulheres que ocupam o cargo de coordenação de curso nas universidades federais.

Os cursos analisados ofertam um quantitativo de vagas que vão desde o total de 40 vagas, até cursos que ofertam 220 vagas, representando assim, um quantitativo médio de, aproximadamente, 86 vagas por curso. Essa oferta está distribuída entre os turnos diurnos, matutino, vespertino e noturno, em que a maioria dos cursos são ofertados no turno noturno, com um total de 52 cursos, representado por um valor de 62,6%, seguido do turno diurno, ofertado por 15 cursos, caracterizado por 18,1% do total de cursos e em menor proporção, os cursos ofertados no turno vespertino, com apenas 7,2% dos cursos ofertados nesse horário.

De modo geral, percebe-se que os cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras são bem diversificados e apresentam características distintas, seguindo o exposto por Masculino Junior e Almeida (2017) e Souza, Cruz e Lyrio (2017) ao discorrerem sobre a evolução dos cursos de Ciências Contábeis e em como pode ter influenciado nos distintos delineamentos que o curso desenvolveu ao longo dos anos. Infere-se então, que

pode ser considerado como relevante essa pluralidade encontrada nos diversos cursos de Ciências Contábeis, tendo em vista o atendimento as necessidades e anseios de todos os públicos que buscam por essa formação.

Ainda relacionado a caracterização dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras, a Tabela 3 apresenta os resultados dos conceitos ENADE pelo quantitativo de cursos e correspondentes aos anos de 2012, 2015 e 2018 por região brasileira.

Tabela 3: Quantidade de cursos de Ciências Contábeis das UFs por conceito ENADE 2012, 2015 e 2018

ENADE	NORTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE			SUDESTE			SUL		
	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018
Sem conceito	3	4	-	2	3	1	2	2	1	7	5	2	-	-	-
Conceito 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceito 2	-	-	1	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceito 3	3	3	7	12	6	6	3	1	4	5	-	3	1	1	2
Conceito 4	4	3	2	3	8	5	2	4	3	6	11	10	4	4	2
Conceito 5	-	-	-	1	1	4	3	3	2	1	4	5	2	2	3

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Pelo exposto na Tabela 3, que apresenta a distribuição de cursos de Ciências Contábeis das universidades federais pelo conceito ENADE, é possível verificar que existe uma tendência de evolução dos conceitos atribuídos e crescimento dos cursos que alcançaram o conceito máximo (conceito 5), especificamente nas regiões, Nordeste, Sudeste e Sul, bem como houve uma queda na região Centro-Oeste do número de cursos que possuíam o conceito máximo, e ainda, nas três últimas avaliações, a região Norte não possui nenhum curso com conceito máximo na avaliação ENADE.

Outros aspectos podem ser observados, em que nos três últimos triênios de avaliação, os cursos analisados não obtiveram conceito 1 nas avaliações, em nenhuma região do país; os cursos “sem conceito” apresentaram uma queda nas avaliações no decorrer dos anos; e a região Sul, foi a única região que não apresentou nenhum curso “sem conceito” ou conceito 1 e 2 nas três últimas avaliações, apresentando assim, conceitos correspondentes de 3 a 5, colocando essa região com os cursos de Ciências Contábeis mais bem avaliados do país.

Os achados da pesquisa, corroboram os estudos de Ferreira (2015), ao constatar que os maiores conceitos atribuídos pela avaliação ENADE estão presentes nos cursos da região Sul, já os menores conceitos alcançados na avaliação, estão nos cursos da região Norte do país, que desde 2009 já havia essa tendência

nessas duas regiões. Em complemento e considerando o ENADE como o principal mecanismo de avaliação do ensino superior, Vito e Szezerbatz (2017) destacam como é relevante o acompanhamento dessa avaliação, seja de forma geral ou com um aspecto mais individual, identificando gargalos existente e dessa forma, proporcionar melhorias no processo educacional como um todo.

Na sequência, encontra-se disposto na Tabela 4 a quantidade de cursos de Ciências Contábeis das universidades públicas do Brasil, de acordo com conceito CPC correspondente aos triênios de 2012, 2015 e 2018.

Tabela 4: Quantidade de cursos de Ciências Contábeis das UFs por conceito CPC 2012, 2015 e 2018

CPC	NORTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE			SUDESTE			SUL		
	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018
Sem conceito	3	2	1	3	1	1	2	1	1	9	1	1	-	-	-
Conceito 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceito 2	1	2	1	1	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceito 3	5	5	7	11	8	9	2	4	4	5	6	2	1	2	2
Conceito 4	1	1	1	4	8	7	5	5	5	4	11	16	6	5	5
Conceito 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-

Fonte: [Dados da Pesquisa \(2020\)](#)

Os resultados apresentados estão relacionados a uma diversidade de cursos de Ciências Contábeis com conceitos CPC variados e apresentam uma evolução desses conceitos no decorrer dos anos. Os cursos de Ciências Contábeis das regiões Norte e Nordeste, em maioria, apresentaram conceito 3, considerada como uma avaliação média. Já os cursos pertencentes as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, concentram seus conceitos em 4 e apresentaram conceitos mais altos que as demais regiões do país. De forma geral, os cursos de Ciências Contábeis apresentam conceitos CPC considerados médios, apesar de nenhum curso possuir conceito 1, mas em contrapartida somente um curso apresentou conceito máximo em 2012 na região Sudeste, que provavelmente permaneceu com esse conceito em 2015 e em 2018 caiu nesse conceito.

Como o CPC reúne em sua avaliação a nota do ENADE (desempenho discente), o valor do IDD (desenvolvimento dos discentes concluintes), os dados do Censo do Ensino Superior (perfil discente e docente) e os dados do Questionário do Estudante no ENADE (percepção discente sobre as condições ofertadas) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018), considera-se então que esses aspectos ainda não são suficientes para garantir que os cursos de Ciências Contábeis possam alcançar conceitos CPC mais altos, entretanto, percebe-se que existe uma evolução nesse conceito ao longo dos anos e pode-se inferir que foram garantidas algumas melhorias no processo de ensino que proporcionaram o aumento desse

conceito em comparação com o ano de 2012 e vai de encontro com os resultados obtidos no estudo de Ikuta (2016).

Em seguida, apresentou-se na Tabela 5, a quantidade de cursos de Ciências Contábeis das universidades federais que foram classificados pelo indicador IGC e de acordo com os seus conceitos dos anos de 2012, 2015 e 2018.

Tabela 5: Quantidade de cursos de Ciências Contábeis das UFs por conceito IGC 2012, 2015 e 2018

IGC	NORTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE			SUDESTE			SUL		
	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018
Sem conceito	3	3	-	2	2	1	1	1	-	5	1	1	-	-	-
Conceito 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceito 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceito 3	6	5	3	5	5	2	-	-	-	2	-	1	1	1	
Conceito 4	1	2	7	12	12	16	9	7	9	11	11	15	5	4	6
Conceito 5	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3	5	3	1	2	-

Fonte: [Dados da Pesquisa \(2020\)](#)

Pelos resultados apresentados, observa-se uma evolução dos conceitos IGC atribuídos aos cursos analisados, basicamente em todas as regiões do país e nos anos que se procedeu a avaliação. Além de não possuir nenhum curso com conceito 1, foi observado que também não existem cursos com conceito 2, diferentemente do que foi analisado nos outros indicadores e assim, os cursos estão mais distribuídos em conceitos maiores. No geral, a maioria dos cursos analisados está com conceito IGC classificado em 4 e com crescimento ao longo dos anos, bem como a presença de cursos com conceito máximo, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país.

Considerando que o IGC é um indicador que avalia os aspectos relacionados à infraestrutura, recursos didáticos e corpo docente e discente (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018), observa-se que, em relação aos atributos analisados, a evolução do IGC foi marginalmente significativa no período analisado e infere-se o incremento de melhorias nos aspectos observados pelo indicador, corroborando assim, o estudo de Cervi e Blumke (2019), porém, em comparação com demais aspectos, é importante destacar que ainda tem muito a ser melhorado nos cursos de Ciências Contábeis, para que dessa forma, possam atingir conceitos maiores. Além do mais, Mendes e Dutra (2019) reforçam a relevância em analisar os aspectos que envolvem o IGC, tendo em vista que diversos desafios ainda são percebidos no que tange a avaliação do ensino superior no Brasil.

Por fim, após a análise dos cursos de Ciências Contábeis pelo conceito IGC, observou-se, como esses cursos foram analisados mediante a metodologia do conceito IDD e os resultados foram

expostos na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6: Quantidade de cursos de Ciências Contábeis das UFs por conceito IDD 2012, 2015 e 2018

IDD	NORTE			NORDESTE			CENTRO-OESTE			SUDESTE			SUL		
	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018	2012	2015	2018
Sem conceito	4	3	-	4	2	1	2	1	1	9	1	1	-	-	-
Conceito 1	-	-	-	3	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Conceito 2	3	2	2	3	2	2	2	1	1	2	2	-	1	-	1
Conceito 3	2	4	6	8	13	14	5	7	8	6	16	17	4	6	4
Conceito 4	1	1	2	1	1	2	1	1	-	1	-	1	2	1	2
Conceito 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Ao se apresentar a quantidade de cursos de Ciências Contábeis de acordo com o conceito IDD, percebe-se que a tendência de variação dos cursos/conceitos se assemelha aos demais indicadores de avaliação analisados. De modo geral, os cursos apresentaram conceitos mais baixos de IDD, ao apresentarem cursos com conceito 1, considerado bastante baixo e nos três anos analisados, não apresentou nenhum curso com conceito máximo, além do mais, apresentou-se uma maior quantidade de cursos em que o maior conceito observado foi 3, considerado um conceito médio, até mesmo nas regiões que para os demais indicadores possuíam conceitos em maioria 4, como no Sudeste e Sul do país, principalmente.

Levando em consideração que o IDD considera as características dos discentes ao ingressar no curso e o seu desempenho no exame ENADE, sendo então, o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos discentes concluintes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018), e como o conceito médio foi considerado baixo, infere-se que o valor agregado pelos cursos de Ciências Contábeis, no que se refere ao desenvolvimento dos discentes concluintes, não foi satisfatório e não correspondeu ao que se era esperado do discente no final do curso, como pode ser observado no estudo de Polidori (2009), ao analisar a baixa desenvoltura percebida por discentes que estão concluindo o curso de graduação e as lacunas que ainda são percebidas no processo de ensino-aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que o estudo teve como objetivo de analisar as principais características os indicadores de qualidade do ensino superior dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras e para que esse objetivo fosse atendido, pode-se levantar aspectos fundamentais como número de cursos e matrículas, localidade, idade do curso, carga horária, duração do curso, coordenação, vagas ofertadas, turno e quantidade de cursos, além das análises realizadas de acordo com os indicadores

ENADE, CPC, IGC e IDD dos últimos triênios de avaliação de 2012, 2015 e 2018.

Os resultados demonstram que o curso de Ciências Contábeis apresentou um maior crescimento no ano de 2010, com 67 cursos ofertados, representando um aumento de 8% em relação aos anos anteriores, seguindo-se também essa tendência de crescimento no número de matrículas, especialmente no ano de 2009. Os referidos cursos possuem maior concentração nas regiões Nordeste e Sudeste, seguido pelas regiões Norte e Centro-Oeste, e em menor proporção, a região Sul, estando distribuídos, em maior proporção, nas cidades do interior e, ainda, possuem idade média de 32 anos, carga horária de 3.050 horas, com duração de 8,5 semestres, coordenados em sua maioria por homens, com uma média de 85 vagas ofertadas e disponibilizados no turno noturno, em grande maioria.

Quanto a distribuição pelo conceito ENADE, é possível verificar que existe uma tendência de evolução dos conceitos atribuídos e crescimento dos cursos que alcançaram o conceito máximo (conceito 5), especificamente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, bem como houve uma queda na região Centro-Oeste do número de cursos que possuíam o conceito máximo, e ainda, nas três últimas avaliações, a região Norte não possui nenhum curso com conceito máximo na avaliação ENADE.

Quanto ao conceito CPC, de forma geral, os cursos apresentam conceitos considerados médios, apesar de nenhum curso possuir conceito 1. Quando ao conceito IGC, observa-se uma evolução, basicamente em todas as regiões do país e nos anos que se procedeu a avaliação. Quando ao conceito IDD, em linhas gerais, os cursos apresentaram conceitos mais baixos ao apresentarem cursos com conceito 1 e, nos três anos analisados, não apresentou nenhum curso com conceito máximo.

De modo geral, os resultados apontam para uma ascensão dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras, tanto em relação ao seu crescimento, através do aumento do número de matrículas e de cursos ofertados pelo país, como também por meio dos indicadores de qualidade, demonstrando uma evolução ao longo dos anos.

Destarte, o estudo apresenta contribuições de cunho teórico e prático, ao avançar nas discussões sobre a temática e demonstrar a trajetória evolutiva dos cursos de Ciências Contábeis associando-se aos indicadores de qualidade, que não fora abordada na literatura nacional anteriormente. Com isso, fornece informações substanciais às instituições de ensino superior, considerando-se a necessidade de avaliação contínua destes cursos.

O estudo avança nos campos teórico e prático, entretanto algumas limitações podem ser apontadas, especialmente por ter abordado o mapeamento de um curso específico, razão pela qual se

sugere para futuras pesquisas a ampliação da análise, estudando-se outros cursos, bem como outras categorias administrativas (estadual e municipal), permitindo-se assim um comparativo e observando-se o comportamento entre os mesmos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J. V. L. O estágio no curso de Ciências Contábeis: a percepção dos discentes da Universidade Federal da Paraíba na sua formação acadêmica e profissional. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BONFANTI JUNIOR, S. A.; VENDRUSCOLO, M. I. Competências Profissionais do Contador: Mapeamento nas Principais Universidades Brasileiras. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 5, p. 66-88, jun. 2014.

CERVI, C.; BLUMKE, A. C. Avaliação da Evolução do Índice Geral de Cursos – IGC das Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 162-182, jan./abr. 2019.

FERNANDES, I. R.; GRIBOSKI, C. M.; MENEGHEL, S. M. Novos Indicadores para a Educação Superior Brasileira: eles são necessários? In: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2017.

FERREIRA, D. *et al.* Expectativas Profissionais dos Ingressantes no Curso de Graduação em Ciências Contábeis: um estudo em uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 69-81, jan./abr. 2020.

FERREIRA, M. A. Determinantes do Desempenho Discente no Enade em Cursos de Ciências Contábeis. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

GEMAQUE, L. S. B. Convergência das Normas e Práticas Contábeis Brasileiras às Normas Internacionais e suas implicações no Ensino Superior em Ciências Contábeis. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) – Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GRIBOSKI, C. M. Regular e/ou induzir qualidade?: os cursos de pedagogia nos ciclos avaliativos do SINAES. 2014. 482 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

IKUTA, C. Y. S. Sobre o Conceito Preliminar de Curso: Concepção, Aplicação e Mudanças Metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 938-969, set./dez. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Inep divulga Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2015. Mar/2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior-20-1/21206. Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. Conceitos dos cursos de graduação e das Instituições de Educação Superior estão disponíveis para consulta. Dez/2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/conceitos-dos-cursos-de-graduacao-e-das-instituicoes-de-educacao-superior-estao-disponiveis-para-consulta/21206#:~:text=O%20Conceito%20Preliminar%20de%20Cursos,o%20desenvolvimento%20do%20processo%20formativo. Acesso em: 16 jul. 2020.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LIMA, J. J. T. *et al.* A importância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Revista Eletrônica Don Domênico**, jun. 2016.

MACHADO, D. G.; FREITAS, L. L.; DOMINGUES, M. J. C. S. A graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande – FURG: sua evolução através de um resgate histórico. **Sinergia**, Rio Grande, v. 15, n. 1, p. 23-36, 2011.

MASCULINO JUNIOR, A. B.; ALMEIDA, M. S. Possibilidades das práticas interdisciplinares no ensino da contabilidade em cursos de graduação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 11., 2017, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Contemporaneidade, 2017.

MENDES, A. L. F.; DUTRA, N. L. L. Índice Geral de Cursos e Qualidade na Educação Superior: O caso das IES do Estado da Bahia. **Revista de Avaliação do Ensino Superior**, Campinas/Sorocaba, v. 24, n. 1, p. 189-212, mar. 2019.

OLIVEIRA, É. T.; PICONEZ, S. C. B. Avaliação da Educação Superior nas Modalidades Presencial e a Distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC). **Revista de Avaliação do Ensino Superior**, Campinas/Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 883-851, nov. 2017.

PELEIAS, I. R. *et al.* Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, p. 19-32, jun. 2007.

PIRES, A.; WARGAS, B. M. S.; PIRES, R. S. A Evolução do Sistema de Avaliação do Ensino Superior Brasileiro e a influência do Pensamento Neoliberal. In: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179347>. Acesso em: 24 jul. 2020.

POLIDORI, M. M. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira: Provão, Sinaes, IDD, CPC, IGC e Outros índices. **Revista de Avaliação do Ensino Superior**, Campinas/Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 351-383, jul. 2009.

_____.; MARINHO-ARAUJO, C.; BARREYRO, G. B. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, out./dez. 2006.

ROTHEN, J. C. et al. Concepções de Qualidade nos Documentos Oficiais sobre a Educação Superior. **Comunicações**, Piracicaba, v. 26, n. 1, p. 5-26, jan./abr. 2019.

SAFANELLI, A. S. et al. Avaliação da Educação Superior: a importância do Sinaes nas Políticas Públicas de Avaliações. In: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2017.

SCARPIN, M. A.; ALMEIDA, W. C. Graduandos de ciências contábeis e sua carreira profissional. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 24-37, jul./dez. 2010.

SOARES, J. R.; BORDIN, R.; ROSA, R, S. Indicadores de Gestão e de Qualidade nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras – 2009-2016. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 215-239, maio/ago. 2019.

SOUZA, M. A.; MACHADO, D. G.; BIANCHI, M. Um perfil dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 68-96, 2011.

SOUZA, P. V. S.; CRUZ, U. L.; LYRIO, E. F. A relação do Exame de Suficiência Contábil com o desempenho discente e a qualidade dos cursos superiores em Ciências Contábeis no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 9, n. 2, p. 179-199, jul./dez. 2017.

TOZZI, M. J.; TOZZI, A. R. Conceito Preliminar de Curso (CPC) x Conceito do Curso (CC): há coerência desses valores nos cursos de engenharia? **Revista Principia**, João Pessoa, n. 34, p. 18-23, maio 2017.

VITO, D. Z.; SZEZERBATZ, R. P. A avaliação no Ensino Superior: a importância da diversificação dos instrumentos no processo avaliativo. **Educere - Revista da Educação da UNIPAR**, Umuarama, v. 17, n. 2, p. 221-236, jul./dez. 2017.